

O HIZBULLAH E A GUERRA NA SÍRIA: HISTÓRICO E INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS

Monique Sochaczewski Goldfeld ¹

Felipe Haddock Lobo Goulart ²

RESUMO

Como se deu o envolvimento do Hizbullah na Guerra da Síria e em que medida esta participação é negativa ou positiva para o grupo? O intuito desse artigo – baseado em literatura acadêmica especializada referendada e fontes locais – é apresentar esse panorama de atuação de ator não-estatal dos mais importantes do Oriente Médio e essas duas análises possíveis.

Palavras-chave: Oriente Médio; Hizbullah; Líbano; Síria; atores não estatais;

¹ Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV e Coordenadora Acadêmica e de Projetos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). E-mail:moniquesgoldfeld@gmail.com

² Diplomata de carreira, atualmente é integrante da Secretaria de Negociações Bilaterais de Oriente Médio, Europa e África (SNBMEA) do Itamaraty. E-mail:felipe.goulart@itamaraty.gov.br

A teoria das relações internacionais, nos últimos anos, tem reservado inédita atenção a atores não-estatais na política internacional. De forma sintética, esses atores poderiam ser categorizados como entes ampla ou inteiramente autônomos perante o controle e os recursos de um governo central; presentes em redes políticas, sociais e econômicas transnacionais; e capazes de impactar processos políticos, dentro de um ou mais Estados ou em organismos internacionais (JOSSELIN e WALLACE, 2001, pp. 3-4).

No Oriente Médio, manifestam-se eixos identitários e políticos transfronteiriços, o que encoraja a atividade de agentes não-estatais com alcance internacional. Estimula a proliferação de atores não-estatais a existência de potências médias em disputa, inclinadas a promover guerras por procuração dentro de alianças de geografia mutável. Conjuga-se a isso a anomia de alguns aparatos governamentais (BUZAN e WAEVER, 2002, pp. 187-218; HALLIDAY, 2005, pp 229-236; HINNEBUSCH, 2002, pp. 29-53; KAUSCH, 2017, pp. 67-69).

O Líbano é um país de renda média, com nível de desenvolvimento humano superior ao de muitos outros Estados no Oriente Médio, na África, na América Latina e na Ásia Oriental. Ele tem demonstrado, desde a sua independência da França em 1943, estrutura política de pouca consistência, terreno fértil para que partidos e movimentos armados equiparem-se ao controle estatal, coexistindo com instituições de governo ou desafiando-as. A principal causa da competição entre o aparelho do Estado e organizações subestatais vem do modelo político sobre o qual se fundou o país: o sistema confessional, com partilha de poder entre comunidades religiosas cristãs e muçulmanas. Políticas públicas, como as de defesa e a externa, acabam sendo denominadores comuns mínimos dos interesses de agremiações políticas de feição sectária e familiar, que, no curso da história do país, sempre relutaram em se desfazer de seus próprios núcleos de segurança – milícias – e de seus próprios contatos com outros países (WILKINS, 2013, pp. 39-43).

De todas os atores não-estatais que apareceram na história do Líbano independente, o Hizbullah é o que provou maior tenacidade contra tentativas domésticas e externas de acomodá-lo dentro do Estado libanês. Entidade complexa, o “Partido de Deus” – que é a tradução exata de seu nome - representa a maior parte da comunidade xiita em seu país. Ele nasceu em 1982 como organização secreta e, desde então,

transmutou-se em entidade multifacetária: agremiação política, poder paramilitar, administrador de serviços sociais e interlocutor diplomático de outros países do Oriente Médio e até de fora dessa região. Trabalhando pragmaticamente como componente da política libanesa e força envolvida em confrontos externos – via de regra com Israel – o Hizbullah tem jogado com essa duplicidade a seu favor, associando-se a outros países que possam assegurar a sua agenda no Líbano e no exterior.

O intuito do artigo em questão é o de centrar-se na análise específica da ação do Hizbullah na Síria, que desde 2011 tornou-se palco de umas das mais sangrentas confrontações armadas do mundo. A ideia é mostrar aqui o processo que culminou com a entrada do “Partido de Deus” no teatro de guerra sírio e as mudanças que isso lhe impôs ao longo de todas as fases em que esteve nele, concluindo com a apresentação de análises sobre os ganhos e as perdas para o Hizbullah na esteira de seu envolvimento no conflito.

Trata-se de um estudo de caso da ação de um ator não-estatal no Oriente Médio absolutamente relevante para melhor compreensão de parcela importante da Guerra na Síria e de rearticulações geopolíticas mais amplas na região. Interessa ainda por conta da presença brasileira na UNIFIL desde 2011, em contexto que o Hizbullah tem papel expressivo. O texto baseia-se em literatura secundária referendada e em análise de artigos da imprensa local – em inglês, francês e árabe.

1 - Prelúdio: da “Primavera Árabe à entrada na Guerra da Síria

A participação do Hizbullah na guerra da Síria somente poder ser compreendida no contexto mais amplo de eclosão da chamada “Primavera Árabe”, no começo de 2011, e de como o “Partido de Deus” reagiu primeiramente a esse choque geopolítico no Oriente Médio. Suas lideranças acolheram favoravelmente as transformações políticas iniciais desencadeadas pela “Primavera”, mas com o crescimento da instabilidade na Síria, o Hizbullah passou a reavaliar sua percepção desse fenômeno na “rua árabe”. Após deliberações internas, determinou-se a inserção do partido-milícia no conflito sírio (DAHER, 2016, pp. 169-187; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

Nos momentos iniciais da “Primavera”, autoridades do Hizbullah pronunciaram-se em tom positivo às revoltas que surgiam em Bahrein, Líbia, Egito e Tunísia. Indicaram que os movimentos populares contra os regimes políticos nesses países tinham objetivos coincidentes com a

política de resistência do “Partido de Deus” à hegemonia norte-americana e à presença de Israel no Oriente Médio (DAHER, 2016, pp. 171-179; ICG, 2014, pp. 3-5).

De fato, a simpatia inicial do Hizbullah pelos levantes nos países árabes mencionados, além de refletir a sua leitura ideológica anti-imperialista, coadunava-se com alguns interesses estratégicos e desígnios históricos pontuais. No Bahrein, por exemplo, as manifestações apontavam para potenciais ganhos na estratégia de destravar a participação de elementos locais nas redes transnacionais xiitas de colaboração mútua.

Afinal, a maioria populacional bareinita, pertencendo a esse grupo confessional, integrava as fileiras de descontentes com a arbitrariedade do sistema monárquico do Bahrein, dominado por elite sunita³.

Quanto à Líbia, o Hizbullah, junto com outra influente legenda partidária libanesa xiita, o AMAL, favorecia a derrocada do regime do coronel Muammar Qadhafi, tendo em vista a histórica suspeita de envolvimento do líder líbio no desaparecimento do imã Musa as-Sadr, fundador dos movimentos xiitas politizados no Líbano e uma das mais proeminentes personalidades do xiismo no Oriente Médio. Essas duas siglas, aparentemente sem resistência de outras legendas políticas libanesas, empenharam-se para que o Líbano, como membro da Liga dos Estados Árabes (LEA) e como então ocupante de assento não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), aprovasse medidas contra o regime de Qadhafi. Beirute respaldou a Resolução 1973 do Conselho, que impunha à Líbia a non-fly zone, além de embargo a armas e congelamento de ativos de autoridades daquele país (EL ZEIN, NOTTEAU & DRAVET, 2013, p. 341).

No que toca ao Egito e à Tunísia, não havia para o Hizbullah objetivos imediatos precisos. Desagradava às suas lideranças que esses dois governos mantivessem vínculos preferenciais com os EUA (DAHER, 2016, pp. 171-179; ICG, 2014, pp. 3-5), que, por sua vez, se sobressaem como maior

³ Pequena ilha no Golfo, o Bahrein, desde sua independência em 1971, é governado por monarquia sunita, apesar de sua população ser 60% xiita. O país chegou a formar parlamento, dissolvido em 1975 e reinstituído em 2002, embora com escassos poderes. Partidos políticos podem funcionar, na qualidade de “sociedades políticas”, mas com pouca margem de manobra. O principal seria o xiita al-Weqaf Sociedade Nacional Islâmica, com elos transnacionais (mais fortes com clérigos do xiismo iraquiano do que do Irã). Isto, no entanto, não lhe tem preservado de críticas do governo bareinita, que acusa o al-Weqaf de associação com Teerã e seus aliados, o que se intensificou após a “Primavera Árabe”, quando a coroa bareinita indicou abertamente que os xiitas conspiravam com os iranianos para a derrubada da monarquia (KININNMONT, 2011, pp. 40-48, pp. 54-57).

adversário ocidental do chamado “eixo da resistência”, também apelidado de “arco da resistência” ou de, nas palavras do rei Abdullah II da Jordânia, “crescente xiita”. Trata-se da aliança transnacional composta por Irã, Síria, agremiações xiitas iraquianas, grupos islamistas palestinos e o próprio Hizbullah. Essa aliança antagoniza os interesses norte-americanos e de seu principal parceiro estratégico no Oriente Médio: Israel, inimigo maior do partido-milícia xiita libanês (HUSSEINI, 2010, pp. 809-813)

As posições do Hizbullah quanto aos primeiros efeitos da “Primavera Árabe” nos países mencionados ofereciam-lhe, assim, novos dividendos estratégicos, embora secundários, porque esses Estados não representavam, naquele contexto, focos prioritários para a ação do “Partido de Deus”. Do contrário, na pior das hipóteses, a linha de ação do grupo cobrava-lhe reduzido ônus político adicional diante da opinião de potências árabes que, historicamente, já recriminavam o “Partido de Deus”, a exemplo do próprio Egito e de monarquias árabe-sunitas do Golfo – Arábia Saudita, o já citado Bahrein e os Emirados Árabes Unidos (EAU). Em suma, tratava-se de situação que não desafiava muito os cânones ideológicos do grupo e na qual os ganhos político-estratégicos práticos, embora não fossem essenciais, superavam possíveis perdas em matéria de relacionamento externo do Hizbullah.

Com a Síria ocorreria exatamente o oposto. O conflito naquele país poderia arrancar preço altíssimo do grupo xiita libanês, ao passo que os ganhos eventualmente auferidos com sua intervenção seriam de primeira grandeza.

A perspectiva acerca da propagação da “Primavera Árabe” para a Síria exigiu do Hizbullah enfoque diferente. Ponderações de corte estratégico predominaram sobre interpretações político-ideológicas elaboradas no interior do grupo nos primeiros meses de movimentação popular – na Síria e em outros países árabes – simpáticas à redemocratização das instituições políticas árabes. Tal enfoque realista decorreu da profundidade que a colaboração político-militar entre o Hizbullah e os presidentes Hafez al-Assad (1970-2000) e Bashar al-Assad (2000-) tinha alcançado desde o pós-Guerra Civil libanesa.

Ainda que nos anos finais da Guerra Civil libanesa o “Partido de Deus”, associado ao Irã, antagonizasse o governo sírio por força da vinculação deste com o AMAL, à época em disputa com o Hizbullah pela liderança da população xiita no Líbano, o padrão de diálogo com Damasco mudou após a pacificação do Líbano em 1989-1990 e a instauração da tutela síria sobre o Líbano, entre 1990 e 2005 (OSOEGAWA, 2013, p. 88 e pp. 110-

113; QASSEM, 2010, pp. 393-399; SCHELLER, 2013, pp. 140-146).

Durante os anos 1990, o relacionamento passou de desconfiança a relação assimétrica de cooperação. Damasco, para erigir a arquitetura de equilíbrio interpartidário libanês que assegurasse o seu controle sobre o país vizinho, mediou a paz entre o AMAL e o Hizbullah e regulou os contatos entre este último e o Irã. Com o consentimento sírio, o Hizbullah, em contraste com as outras facções que combateram na Guerra Civil, não se desarmou e pôde empreender, entre 1990 e 2000, a recuperação do sul do Líbano, então sob ocupação israelense. Em muito do que dizia respeito a Israel, a Síria, com o Irã, articulava-se diretamente com a organização xiita, contornando o próprio Estado libanês (OSOEGAWA, 2013, pp. 110-113; QASSEM, 2010, pp. 393-399; SCHELLER, 2013, pp. 140-146).

Em 2004, o CSNU adotou a Resolução 1559, urgindo a retirada das tropas sírias, o que aconteceu, em 2005, após o assassinato do ex-premiê Rafic Hariri e onda renovada de protestos libaneses e da comunidade internacional sobre Damasco para que acatasse a Resolução⁴.

A Síria deixou de exercer controle direto sobre o Líbano, mas resguardou a sua influência. Isto foi viabilizado pela aliança com o Hizbullah, o qual passou a protagonizar, na cena doméstica libanesa, a coalizão partidária pró-Assad e pró-Irã 8 de Março (integrada também pelo AMAL e outras siglas), em contraposição ao 14 de Março, ocidentalista e pró-Arábia Saudita (OSOEGAWA, 2013, pp. 157-158; QASSEM, 2010, pp. 393-399; SCHELLER, 2013, pp. 140-146). Vale detalhar que, já antes de 2005, o presidente sírio Bashar al-Assad, premido pela campanha antiterror do governo norte-americano, majorava a sua cooperação com o Hizbullah

⁴ Rafic Hariri, bilionário libanês-saudita, foi primeiro-ministro do Líbano em 1992-1998 e 2000-2004. Responsável pela reconstrução de Beirute e outras áreas do Líbano após a Guerra Civil, é lembrado como um dos líderes mais populares do país, não só entre os sunitas, mas junto a outras confissões. Sempre apoiado pela Arábia Saudita, Hariri manteve relação complexa com a Síria. Cooperava com o presidente sírio Hafez al-Assad e, sobretudo, com o seu vice-presidente, Abdel al-Halim Khaddam, com o qual mantinha parcerias econômicas no Líbano. A ascensão gradual de Bashar al-Assad a partir de 1998, quando foi designado pelo seu pai para combater a corrupção e ocupar-se do dossiê libanês, bem como a sua eleição como presidente da Síria após a morte de Hafez, em 2000, causou distanciamento. Hariri jamais tratou o governo de Bashar como aliado, mas, sim, como sócio. Foi retirado da chefia de governo em 1998 por pressão do futuro presidente sírio. Em seu segundo mandato como premiê, começou a questionar os interesses de Damasco. Saindo do governo, em 2004, aliou-se a países ocidentais, principalmente os EUA e a França, para dar fim à tutela síria, e suas gestões contribuíram para a aprovação da Resolução 1559. Hariri morreu em atentado à bomba em fevereiro de 2005, sob circunstâncias que ainda são investigadas pelo Tribunal Especial do Líbano, órgão híbrido da justiça libanesa e das Nações Unidas. (BELHADJ, 2013, pp. 107-109 e 211-212).

(MIKAELIAN e SALLOUKH, 2016, p. 135-138).

Com efeito, os elos entre os sírios e o Hizbullah ficaram mais horizontais, fundando-se em dinâmica de interdependência estratégica: Damasco delegando-lhe a execução da agenda síria no Líbano, e o “Partido de Deus” contando com as autoridades da Síria para o trânsito de armamentos empregados por ele, de fabricação iraniana ou síria. Este arranjo dentro do “eixo da resistência” amadureceu após 2005, em eventos como a “Guerra do Verão” em 2006, entre o Hizbullah e Israel, sendo progressivamente marcado pela direta ascendência do governo iraniano sobre a própria Síria e o “Partido de Deus” ((MIKAELIAN e SALLOUKH, 2016, p. 135-138). Permaneceu sem significativas ameaças de rompimento até 2011, quando começam as convulsões internas políticas e militares sírias desencadeadas pela “Primavera Árabe”.

O aprovisionamento de armas ao Hizbullah, o qual não poderia, na ótica do movimento, ser descontinuado por eventuais mudanças de poder na Síria, impunha-se como fator objetivo, da maior gravidade, no processo decisório da organização a respeito de sua posição sobre a crise síria.

O envolvimento não se revelou, contudo, imediato. As lideranças do partido, no decorrer de 2011 e 2012, foram interpretando os desenvolvimentos na Síria e nos outros países árabes com vistas a modular a forma mais eficiente de lidar com eles. Pesavam os riscos tangíveis de derrocada do governo Assad e a projeção da Irmandade Muçulmana (IM) em escala regional, com suas filiais no Egito e na Tunísia chegando ao poder, com respaldo do Catar e Turquia, ao mesmo tempo em que sua ramificação síria – igualmente encorajada por Doha e Ancara – desempenhava papel de protagonismo dentro do conjunto de grupos da oposição ao regime de Assad (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp 3-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

Afastando-se de sua abordagem original, mais favorável aos movimentos populares da “Primavera Árabe” e, no caso da Síria, à busca de solução interna entre os lados que se opunham mutuamente, o Hizbullah passou a singularizar o caso do conflito no país vizinho, identificando, como uma de suas causas principais, a articulação de forças externas hostis ao “eixo da resistência”: EUA, Israel, potências árabes pró-Washington, além de países da Europa ocidental como França e Reino Unido. Sua narrativa era de que os adversários do Estado sírio, em vez de defenderem “revolução” conducente à instauração de regime político democrático, buscavam a derrubada de Assad, eliminando-o de sua

posição como líder de país que encarnava a “espinha dorsal” do “arco da resistência”. (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp. 2-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

Observa-se que o Hizbullah dirigia críticas similares para dentro do próprio Líbano, acusando segmentos da população sunita, relacionados de alguma forma à coalizão anti-Damasco do 14 de Março, de infiltrarem-se em território sírio para combater as forças leais a Assad. O envolvimento de elementos sunitas libaneses no conflito interno sírio implicava, a seu ver, perigo para a segurança do próprio Líbano. Seus formadores de opinião ressaltavam que o fluxo de combatentes entre os dois países poderia ocorrer no sentido contrário: radicais sunitas poderiam, após temporada de combate na Síria, dirigir-se ao Líbano, fixando células de combate ou de atividades terroristas no país. Nota-se aqui componente sectário, haja vista o receio do Hizbullah de que as células sunitas jihadistas concentrassem seus atentados nos contingentes xiitas libaneses (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp. 2-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

O enfoque sectário empregado pelo Hizbullah para avaliar o conflito sírio e o seu transbordamento para o Líbano abarcava ainda a situação das comunidades e peregrinos xiitas que se deslocavam para a Síria, dada a presença no referido país de pequenas cidades com expressivo contingente desse grupo confessional, com nacionalidades síria e libanesa, bem como sítios considerados sagrados conforme a tradição do xiismo. O santuário de Zeinab, filha do califa Ali e neta de Maomé, localizada nos subúrbios de Damasco e visitada por numerosos libaneses, seria um entre os mais famosos roteiros de peregrinação xiita na Síria, o qual, com a emergência do conflito neste país, ficou vulnerável a ataques. (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp. 3-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

Sedimentavam-se, assim, os ingredientes estratégicos e a substância narrativa para justificar papel ativo do Hizbullah na Síria. A acentuada inclinação do grupo a participar do conflito surgia no mesmo tempo em que a classe política libanesa, fraturada entre as coalizões do 8 de Março e do 14 de Março, também expunha temor de que o país acabasse tragado pelo conflito vizinho ao importar a violência das rivalidades intra-sírias para dentro do já instável equilíbrio de forças internas.

Na tentativa de insular-se das ondas de choque vindas da Síria, as agremiações partidárias rivais negociaram que o Líbano deveria ratificar sua histórica tendência à neutralidade no que concerne a litígios entre os árabes e adotar sua política de dissociação para a guerra na Síria. Assim

surgiu a “Declaração de Baabda”, de 2012, a qual o Hizbullah, efetivamente, nunca obedeceu, preferindo a via oposta. Para ele, a estabilidade e a segurança do Líbano não se conseguiriam pela diplomacia neutralista, mas, sim, pelo favorecimento a um lado na guerra síria – o de Assad – seguindo-o ideológica, política e militarmente. (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp. 2-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

2 – AS TRÊS FASES DO ENVOLVIMENTO DO HIZBULLAH NA GUERRA DA SÍRIA

2.1 – A PRIMEIRA FASE: 2011 A 2103

É difícil precisar em que momento o Hizbullah começou a atuar dentro do conflito da Síria, havendo certamente hiato entre a introdução de seus efetivos em território sírio e a admissão de suas lideranças de que suas tropas se imiscuíam nos embates do país vizinho. A imprensa libanesa reportava, já em 2011, a ação de combatentes do grupo na Síria, em escala reduzida. Analistas opinam que, entre 2011 e 2012, quadros militares do partido trabalhavam como conselheiros oferecendo treinamento tanto aos contingentes do exército sírio quanto a grupos armados irregulares pró-Assad como o jaish ash-sha’bi e as milícias shabiha, compostos em sua maioria pela coletividade alauíta, (mesma de Assad), posteriormente reorganizadas e rebatizadas de Forças de Defesa Nacional (FDN). Com o assessoramento, os soldados e milicianos sírios absorviam a perícia de infantaria leve e movimentação rápida do Hizbullah, bem como seu conhecimento em guerra urbana (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp. 2-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

A inflexão que levou à mais assertiva intervenção do Hizbullah teria sido em julho de 2012, quando do atentado a bomba em Damasco que matou membros da cúpula dos serviços de inteligência e de segurança do governo sírio. Observa-se que uma das vítimas do ataque fora Assef ash-Shawkat, cunhado do presidente Assad⁵. O assassinato, junto com a chegada dos rebeldes à própria capital síria, ratificou definitivamente o entendimento do Hizbullah de que o governo de Assad enfraquecia

⁵ Assef ash-Shawkat, de formação militar, ascendeu na hierarquia dos órgãos de segurança sírios. Entre 2003 e 2008, foi posto à frente dos serviços de segurança e inteligência. Tido como o segundo homem mais poderoso da Síria nesse período, foi perdendo influência devido à sua rivalidade com o irmão do presidente Assad, Maher al-Assad, ainda que tenha permanecido nos círculos mais íntimos do vértice governamental até o seu assassinato em 2012 (TROMBETTA, 2014, pp. 160-162).

com as investidas agressivas opositoras e pronunciado apoio estrangeiro. Os episódios recomendavam, para o bem dos interesses estratégicos de proteção do “eixo da resistência”, ingerência armada mais robusta do partido-milícia libanês em solo sírio. (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp 5-6; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

Assim, em outubro de 2012, o secretário-geral do Hizbullah, Hassan Nasrallah, declarava publicamente que tropas do seu partido se encontravam na Síria, na tarefa de proteger a vida de libaneses xiitas que habitavam em vilas do lado sírio, nas proximidades da fronteira com o Líbano. (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp 3-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

Intui-se assim que, entre 2011-2012, no intervalo em que o Hizbullah analisava o desenrolar da situação na Síria e moldava a sua narrativa política para legitimar qual curso de ação escolheria, percebeu-se a evolução de operações de porte modesto feitas por suas milícias, com propósitos pontuais, como exemplificam a proteção das populações e sítios religiosos xiitas e a assistência a militares do governo Assad e milícias sírias leais a este. (DAHER, 2016, pp. 169-187; ICG, 2014, pp 3-5; RANSTROP, 2016, pp. 37-40).

No início de 2013, porém, inaugurou-se novo e determinante modo de atuação do Hizbullah, exercendo nítida influência sobre o teatro geopolítico e militar sírio, com sua aberta e significativa participação nas fileiras de combate pró-Damasco. Deflagrava-se a batalha de al-Qusayir.

Pequena cidade de maioria sunita próxima à metrópole de Homs, no centro-norte sírio, al-Qusayir adquiriu valor estratégico para Damasco ao facilitar o caminho à Latáquia, área costeira da Síria, zona de maioria alauíta e, portanto, bastião de poder dos Assad. Adjacente à fronteira com o Líbano, al-Qusayir permite, de igual modo, acesso à fração norte do Vale do Beqaa libanês. O Vale é corredor territorial que se estende do sul ao norte, separando as cadeias do Monte Líbano, a oeste, das do Anti-Líbano, a leste. Sobretudo sua porção oriental, mais xiita, está há anos sob influência do Hizbullah, ainda que a sua predominância ali não seja tão hegemônica como no sul do país. O substrato rural e clânico do Beqaa dificulta a plena autoridade do partido, que deve conviver em simbiose negociada com chefias locais (ALAMI, 2014). Somam-se a isso as rotas de contrabando no Beqaa, utilizadas pelos rebeldes sírios, e os quistos populacionais sunitas, potenciais refúgios e pontos de abastecimento dos adversários de Assad e, evidentemente, fonte de preocupação no planejamento de segurança do Hizbullah no interior do Líbano (ALAMI, 2017 A, pp. 15-18; SULLIVAN, 2014, pp. 14-16).

A configuração geopolítica acima resumida fez de al-Qusayir – dominada pelas hostes Anti-Assad do Exército Livre Sírio desde 2012 – etapa crucial na luta travada pelo governo de Damasco em busca da restituição do território perdido para os rebeldes, na mesma medida em que despontava como alvo precípua do “Partido de Deus” no seu intento de blindar o Vale do Beqaa e aumentar a sua cobertura sobre a faixa territorial fronteira, onde habitavam populações xiitas sírio-libanesas. A despeito da convergência de objetivos, não se descarta que o estímulo político injetado pelo Irã para que o Hizbullah se comprometesse com essa batalha tenha assegurado seu engajamento final na operação militar. (ALAMI, 2017 A, pp. 15-18; SULLIVAN, 2014, pp. 14-16).

Na ofensiva de al-Qusayir, a intervenção do Hizbullah distinguiu-se em profundidade de sua experiência prévia no conflito sírio ao lançar mão de ampla quantidade de combatentes, estimada entre 1200 e 1700 homens, muitos dos quais veteranos, membros de suas unidades especiais. Mais ainda, o grupo encabeçou o planejamento e a condução das manobras, criando precedente na alteração do relacionamento com as tropas regulares sírias ao tomar para si funções de liderança. (ALAMI, 2017 A, pp. 15-18; SULLIVAN, 2014, pp. 14-16).

Pelo prisma retórico e político, al-Qusayir trouxe duas reorientações da conduta do Hizbullah na Síria, em particular, e no Oriente Médio, de modo geral. Em primeiro lugar, com tônica inédita, o partido transmitia ao mundo que se infiltrava no país vizinho com o propósito de impedir mudança de regime, salvaguardando o governo Assad de tentativas de removê-lo, garantindo assim a sobrevivência do “eixo da resistência”. Em segundo lugar, suas lideranças não mais se frearam e passaram a arcar com os custos políticos potencialmente elevados resultantes de deixar tão ostensivo que suas milícias atacavam outros árabes e, não, comandos israelenses, o histórico adversário da “Resistência”. Nasrallah tentou administrar discursivamente essa contradição ao fomentar a ideia de que os rivais do Hizbullah eram os takfiriun, isto é, os radicais islâmicos sunitas que cometiam apostasia pelo seu extremismo violador dos preceitos corânicos e que guerreavam em nome de potências árabe-sunitas conservadoras como Arábia Saudita e Catar, em al-Qusayir (DAHER, 2016, pp. 182-183; ICG, 2014, pp 7-10; RANSTROP, 2016, pp. 37-45).

Outro incidente problemático da batalha: as tropas do Hizbullah chocaram-se diretamente com destacamentos das Izzí din al-Qassam, a ramificação militar do partido islamista palestino HAMAS, antes fiel

aliado de Damasco e membro declarado do “eixo da resistência”, que, por força de seus laços com a Irmandade, decidiu agregar-se aos rebeldes no conflito sírio (RANSTROP, p. 43; SEURAT, 2015, pp. 88-91).

2.2 – A SEGUNDA FASE: 2013 A 2015

Em setembro de 2013, o Hizbullah e as tropas sírias saíram vitoriosos de al-Qusayir. Essa batalha quebrou o ritmo de conquistas da oposição desde o início da guerra na Síria, criando novo nivelamento de poder entre os grupos beligerantes. Graças em boa parte à cooperação da milícia xiita libanesa, o governo Assad ganhou, na virada de 2013 para 2014, novo alento, ao mesmo tempo em que, reativamente, as potências árabes e países ocidentais incrementaram o suporte às facções anti-Damasco, causando a ainda maior internacionalização do conflito. Dali em diante o “Partido de Deus” mergulhou em espiral militar ascendente no país vizinho.

O aumento da presença militar do grupo pautou-se pela estratégia inicial de submeter a faixa limítrofe sírio-libanesa a espécie de cordão sanitário mirando o controle dos fluxos humanos e materiais entre as porosas fronteiras entre os dois países. A ambição era: estancar a penetração jihadista no Líbano; cortar vias de suprimento egressas desse país para os rebeldes sírios; minar as comunicações e as plataformas de apoio entre os rebeldes e seus simpatizantes no lado libanês; e cimentar esquema de proteção das minorias e locais de culto xiitas em território sírio.

Sugestivamente, depois de al-Qusayir, travou-se, entre a o segundo semestre de 2013 e o segundo semestre de 2014, mais uma batalha fundamental cuja finalidade era, para o Hizbullah, sanear a fração ocidental da Síria contígua ao território libanês: Qalamoun. Trata-se de zona montanhosa da fronteira entre Damasco e Homs. Controlá-la garantiria as rotas de suprimentos vindos do Líbano para abastecer os batalhões da milícia xiita na Síria. Qalamoun também era importante para que o governo sírio mantivesse seu acesso ao mar, pela rodovia M-5. (ALAMI, 2017 A, pp. 17-18; SULLIVAN, 2014, pp. 20-22).

Na sequência de Qalamoun, o grupo redobrou suas atividades na capital síria, onde já estava desde 2012 para vigiar a o sítio sagrado de Zainab. Além de zelar pelo lugar santo xiita, o Hizbullah passou a combater

os rebeldes que ocupavam a periferia de Ghouta oriental. (ALAMI, 2017 A, pp. 17-18; SULLIVAN, 2014, pp. 20-22).

Sempre tendo como motivação de fundo a defesa do arco transnacional da “resistência”, que, em última instância, alimentava o poder bélico do Hizbullah, pode-se assinalar que, até determinado limite, as diretrizes acima elencadas eram mais defensivas e se entrelaçavam com percepções da evolução do quadro político e de segurança libanês, cujo tênue equilíbrio vinha sendo gravemente abalado pelas repercussões da guerra na Síria. Afinal, ao longo de 2013, as tensões interconfessionais, em particular entre as coletividades xiitas e sunitas, recrudesciam no Líbano. Em cidades em que o sunismo prevalecia demograficamente, multiplicavam-se sublevações contra as Forças Armadas Libanesas (FAL), acusadas de cumplicidade com o Hizbullah, como visto nos protestos em Sidon estimulados pelo sheikh salafista al-Asir. Similarmente, proliferavam confrontos com outras minorias, a exemplo de Trípoli, onde os alauítas da favela de Jabal Mohsen eram acossados pelos sunitas de Bab at-Tabaneh. Em acampamentos de refugiados palestinos, como o de Ain al-Hilue, no sul do Líbano, as seções dos partidos tradicionais - FATAH, HAMAS, Jihad Islâmico, FPLP, FDLP, entre outros - esforçavam-se duramente para suprimir elementos armados inspirados na al-Qaeda. Carros-bomba explodiam em Beirute, ora na periferia xiita, ora em bairros sunitas e cristãos (DOT-POUILLARD, 2015; ICG, 2015, pp. 1-19).

Em paralelo, ocorria piora do funcionamento político-institucional. O Líbano ficou sem presidente de 2014 a 2016 e com o parlamento quase disfuncional nesse período. Desgastou-se a corrente moderada do sunismo, personificada na figura do ex-premiê e deputado Saad Hariri, chefe da sigla Futuro - maior legenda do 14 de Março -, que, vivendo fora do país, deixava seus elos com a população se esgarçarem, inadvertidamente insuflando o radicalismo sunita (DI PIERI & MEIER, pp. 35-53; ICG, 2015, pp. 1-19). As FAL e os entes de segurança pública, corporações subfinanciadas e subequipadas, careciam de meios para lidar com essa série de desafios (DIDIER, 2014, pp. 191-196), cuja grande dimensão fornecia ao Hizbullah argumentos para reiterar perante a sociedade o dever que se incumbiu unilateralmente de paladino da estabilidade do Líbano.

A agenda interna do Hizbullah, voltada para resolver o inquietante horizonte da segurança e da política libanesas, norteava suas opções militares na Síria, com envio de seus comandos ao espaço sírio fronteiriço ao Líbano, buscando parar ou, minimamente, atenuar a

movimentação rebelde naquelas imediações. Já sua projeção militar na Síria passou a exibir outra dinâmica, de natureza talvez mais ofensiva: seu alastramento, com diversas dimensões, velocidades e tempos, para quase todas as regiões sírias.

Os dirigentes do Hizbullah sustentavam que o deslocamento para áreas mais distantes da fronteira sírio-libanesa complementava o trabalho, centrado na região limítrofe, de dismantelar os canais logísticos da oposição síria que usavam o Líbano. Apesar disso, vale supor que o alargamento do raio de ação do “Partido de Deus” poderia condicionar-se a outros fenômenos, mais alheios às inquietações imediatamente conexas à instabilidade da segurança e das instituições libanesas.

Entre esses fenômenos, sobressairia a constatação de que as forças armadas sírias, apesar de terem recobrado fôlego depois de al-Qusayir e, ao longo do primeiro semestre de 2013 e segundo semestre de 2014, terem contido o avanço da oposição, sofriam substanciais perdas. Charles Lister (LISTER & NELSON, 2017, pp. 1-2), um dos mais reputados estudiosos da guerra na Síria, computou que, entre 2011 e 2013, as forças convencionais de Assad reduziram-se à metade, de 220 mil para 110 mil homens. Damasco enfrentava, assim, o dilema da sobrecarga: as tropas não conseguiam cobrir todo o território sem gerar desfalques e inferioridade diante de seus inimigos. Supletivos armados locais, como os das milícias FDN, e estrangeiros, como o próprio Hizbullah e batalhões xiitas do Afeganistão, do Irã, do Iraque e do Paquistão acrescentavam necessário poder de fogo em numerosas frentes de batalha.

Outra relevante tração que direcionaria o Hizbullah a outros destinos na Síria teria a ver com interesses geopolíticos de longo prazo de seu parceiro orgânico no “eixo da resistência”, o Irã⁶. Este talvez já em 2013-2014, antevia que o revigoramento de sua solidariedade ao governo Assad, mais do que expediente para conservar o “eixo da resistência”,

⁶ À diferença de sua relação com a Síria, que se assenta em benefícios estratégicos mútuos, sem fundo ideológico, o Hizbullah teceu elos orgânicos com o Irã pós- Revolução de 1979 devido a três circunstâncias: o “Partido de Deus” comungaria da doutrina do Uilayat al-Faqih, a qual, ao acolher o guia supremo iraniano como referência principal para a doutrina islâmica, aceita a sua figura de liderança; veria como inspiração o modelo de Estado islamista iraniano; e concordaria com a posição de rejeitar a hegemonia americana e secundar movimentos de liberação, em especial os que lutam contra a ocupação israelense. Para Teerã, o Hizbullah é agente municiado de práticas inovativas e eficientes na disputa com Israel. A cooperação com o “Partido de Deus” transcenderia, no Irã, os descompassos entre reformistas e conservadores, visto que ambos, em idêntica medida, reputariam o grupo xiita libanês como aliado indispensável (QASSEM, 2010, 387-393).

poderia transfigurar-se em oportunidade única para reforçá-lo, sob a cada vez maior hegemonia iraniana. Para Teerã, amplificar o escopo do “Partido de Deus” em território sírio não se restringiria simplesmente a anular a possibilidade de erosão daquela aliança transnacional. Encorajando o Hizbullah e outros contingentes xiitas – que prestam mais lealdade ao líder supremo Ali Khamenei que ao presidente Assad – a moverem-se com mais liberdade na Síria, aumentaria a influência do Irã no Levante, parte do Oriente Médio em que este país mapeou um dos maiores perigos à sua segurança: Israel (ICG, 2017, pp. 18-20, p.26).

Em meados de 2014, ocorreram dois dos mais funestos desdobramentos da guerra, que agravariam a condição de insuficiência militar do governo Assad: a intensificação da presença do autodenominado Estado Islâmico (EI), ou DA'ESH; e a escalada da atuação da Jibhat an-Nusra, filial síria da al-Qaeda apoiada por Catar e Turquia. A primeira organização terrorista, com alto percentual iraquiano em sua composição, mas fortemente multinacional, lutava tanto na Síria quanto no Iraque e, após ter tomado a cidade de Mossul no noroeste iraquiano, arremeteu com mais peso militar contra o nordeste da Síria, especialmente as províncias de Raqqa e Deir az-Zor, subordinando espaço entre os dois países do tamanho da Inglaterra, nomeado de “Califado”. Capturando 30% da massa territorial da Síria, o EI, no ápice de sua campanha militar, projetou-se sobre até 50% do país, em que pese a sua maior parte fosse desértica. Por sua vez, a Jibhat an-Nusra, com lideranças estrangeiras e sírias, mas base de seguidores majoritariamente local, enraizava-se no noroeste sírio, com destaque para a província de Idlib, e no sudoeste, nas províncias de Deraa e Quneitra (Lister, 2014, pp. 71-98).

Em suma, a progressão territorial do EI e da Jibhat an-Nusra levou o Hizbullah a aprofundar sua participação na Síria, a fim de executar tanto a meta estrita de isolamento da porção oriental do Líbano de forças anti-Damasco, quanto o papel de complemento bélico às tropas sírias exauridas e, eventualmente, de dianteira da penetração iraniana na Síria, em conjunto com outros guerrilheiros xiitas e o próprio Corpo da Guarda Revolucionária do Irã (CGRI).

No que tange às operações na faixa de fronteira, elas tornaram-se ainda mais prioritárias quando, em agosto de 2014, detectou-se a primeira incursão armada do EI e da Jibhat an-Nusra no Líbano. Em rara aliança, as duas facções terroristas precipitaram-se sobre a municipalidade de Aarsal, enclave sunita dentro do Beqaa oriental xiita, uma das cabeças-de-ponte

dos opositores ao governo sírio. Para o pesquisador Pierre-Jean Luizard (2015, pp. 114-123), o DA'ESH tinha consciência de que sua investida no Líbano não poderia prolongar-se para o interior do país, onde esbarraria em paisagem social-religiosa a qual, ao contrário daquela da Síria, não tinha predominância sunita e primava pela enorme diversidade, o que repeliria seu avanço armado. Chegar em Arsal teria sido, portanto, ato de sedição, a fim de incentivar a discórdia sunita-xiita libanesa, minando politicamente o Hizbullah.

O “Partido de Deus” reagiu com discrição. Contornou a “armadilha DA'ESH” e a provocação que aprofundaria a clivagem sunita-xiita dentro do Líbano ao ter, naquele momento, deixado às FAL e aos órgãos de segurança pública o fardo de debelar militarmente a insurgência terrorista no lado libanês da fronteira, cingindo-se a ajuda tática e de inteligência. Vale detalhar que o Hizbullah preferia essa mesma abordagem em cidades do Líbano de maioria sunita, como Trípoli – onde havia intensa adesão à Jibhat an-Nusra (LISTER, 2014, p. 90⁷).

Quanto à difusão de unidades do Hizbullah para o restante da Síria, mais visível após o segundo semestre de 2014, as chefias do partido despacharam efetivos para teatros de operações diferentes entre si. Já não se tratava somente dos espaços montanhosos da fronteira sírio-libanesa ou dos subúrbios de Damasco. Eram áreas tanto rurais quanto urbanas, de perímetros muito superiores àqueles com os quais a organização acostumou-se a lidar nas duas décadas anteriores no Líbano, com a “campanha pela libertação do sul” e a “Guerra do Verão”, em 2006. Destacamentos do grupo rumaram para Homs e Alepo, no centro-oeste e noroeste; e para o Golã sírio, no sul. Junto com as atividades de combate, o partido continuava com sua função de adestramento de tropas convencionais sírias e de forças irregulares.

2.3 – A TERCEIRA FASE: DESDE 2015

A terceira e vigente etapa da trajetória do Hizbullah na Síria pode

⁷ O próprio autor testemunhou a flagrante influência da Jibhat an-Nusra em Trípoli, onde, ainda em 2014, suas bandeiras eram hasteadas em localidades centrais da cidade, mesmo com forte aparato de monitoramento policial e militar. Representante de grupo islâmico sunita autoconceituado como moderado, com importante presença em Trípoli, informou o autor, em 2016, que a dirigência de sua organização apoiava francamente voluntários libaneses sunitas que fossem combater na Síria contra o governo de Assad, na condição de que não transpusessem o conflito para o Líbano.

ser considerada como a de consolidação do processo de expansão geográfica da ramificação militar do partido naquele país. O amadurecimento dessa tendência coincide com o ingresso direto da Rússia no conflito, anunciado em setembro de 2015, o qual modificou bruscamente o encaminhamento da guerra, pondo as forças de Assad novamente na contraofensiva, dessa vez em marcha sustentável, sem interrupções em sua cadência até o presente momento.

Nessa última fase, o grupo xiita vem explicitando com nitidez os dividendos ganhos com o ciclo de aprendizagem militar que vinha percorrendo desde que optou por entrar no conflito sírio, permitindo aclimatar-se a ambientes geográficos com os quais não tinha familiaridade antes. Para observadores, ficava patente que o “Partido de Deus”, entre todas as centenas de milícias pró e anti-Assad envolvidas na guerra (estima-se universo de até 1500 grupos), apresentava-se como a de maior destreza militar, a ponto de figurar, junto com as próprias tropas sírias, russas e a CGRI, como os atores armados pró-Damasco mais poderosos.

Uma das qualidades das tropas do “Partido de Deus” que o coloca em posição de protagonismo no âmbito da contraofensiva sírio-russa é o seu emprego como vanguarda (“spearhead”), praticamente abrindo novas frentes de combate. Essa função lhe é atribuída em virtude do alto nível de treinamento de suas equipes, coesas e disciplinadas. Em complemento, os milicianos do Hizbullah, em flagrante contraste com os exércitos árabes, rigidamente hierarquizados, estruturam-se de forma mais horizontal. Seus reduzidos destacamentos primam pela agilidade, já que os combatentes aprendem a ter boa margem de liberdade de ação e de tomada de decisão. Em muitas ocasiões, as tropas libanesas xiitas alinham-se a outras unidades como reforço, posicionando-se em seus flancos mais externos e agindo como anel protetor desses batalhões (BLANFORD, 2017, pp. 7-10; SHAPIR, 2017, pp. 74-76).

Com relação ao papel de liderança do grupo, estreado, pelo menos explicitamente, em al-Qusaiyr, ele tornou-se mais frequente, em especial depois de 2015. Revelou-se elemento facilitador a língua árabe, dominada pelo Hizbullah, mas não necessariamente pelos russos e iranianos. Seus combatentes também têm-se responsabilizado muitas vezes pelo comando junto a forças xiitas estrangeiras, como a afegã Liwa Fatemyoun e a paquistanesa Liwa Zaynibiyun, o que denota lógica sectária na organização militar dos grupos pró-Damasco (BLANFORD, 2017, pp. 7-9; POWER, 2015, p.1). O grupo xiita libanês inspiraria ainda a formação de pequenas

milícias xiitas sírias, as quais replicariam os seus conceitos doutrinários e organizacionais, no intuito de estabelecer uma “resistência islâmica síria”, emulando o Hizbullah (JONES & MARKUSEN, Maxwell, p. 4).

Ressalta-se, que, com a terceira etapa da projeção do Hizbullah na Síria, aparece dialética em seu comportamento militar. Como dito, o grupo colabora junto às forças armadas sírias para capacitá-las como infantarias leves e de alta mobilidade, o que contribuiria para o que analistas chamam de “milicização” das estruturas militares do governo de Assad, ao aproximá-las do *modus operandi* da guerrilha xiita libanês, inclusive com a mistura de componentes regulares e irregulares (LISTER & NELSON, 2017, p.4). Simultaneamente, entretanto, suas fileiras armadas passam a funcionar como poder bélico mais convencional, diferenciando-se de sua origem miliciania, preparada para conflito assimétrico com Israel. Esse fenômeno de convergência pode ser lido como produto da maior interoperabilidade entre o Hizbullah e as instituições militares da Síria e do Irã, acarretando parcial homogeneização entre os modelos de combate de cada um desses atores (SHAPIR, 2017, pp. 74-76).

O corolário disto foi que, por força do conflito, a cooperação entre os componentes do “arco da resistência” acabou dando salto qualitativo, atingindo novo patamar. Além da assistência mútua político-diplomática e do auxílio logístico na provisão de armas e outros recursos entre seus integrantes, havia agora o convívio direto, em pleno campo de batalha, entre os seus setores armados. (SULLIVAN, 2014, p. 26).

A padronização operacional entre as tropas sírias, o CGRI e o Hizbullah, superando desencontros táticos – mais comuns entre 2013 e 2015 –, poderia ter alcançado nova escala de harmonização com o recrutamento de quadros do Hizbullah para integrarem novos destacamentos paramilitares. Especula-se que seria o caso da chamada “Quinta Legião”, lançada pelo comando geral das forças armadas da Síria em 2016 como equipe de assalto, alistando veteranos e novatos sírios, na condição de voluntários, bem como quadros do “Partido de Deus”, que então lutariam sob a cobertura oficial de membros de unidade de combate síria (AL-TAMINI, 2016).

Se bem verdade que a transformação do Hizbullah em poder bélico mais convencional não começara com o conflito na Síria, mas, sim, quando da guerra de 2006 contra Israel (GLEIS & BERTI, 2012, pp. 76-84), os contornos do braço armado do partido como força híbrida – meio exército, meio milícia – delinearam-se muito bem nos dois últimos anos de combate

contra os adversários do governo Assad. Afinal, seus efetivos municiam-se de armamentos cada vez mais sofisticados, inclusive de artilharia pesada. O Hezbollah possuiria em território sírio brigada de carros armados, com veículos blindados para o transporte de homens, tanques e sistemas móveis de mísseis antiaéreos (JONES, Seth G. & MARKUSEN, Maxwell, pp. 10-12; SHAPIR, 2017, 74-76).

Acrescenta-se que o aprimoramento militar que o Hezbollah experimentou a partir da metade de 2015 decorreu bastante de sua crescente interação com as tropas da Rússia. Moscou percebeu a efetividade dos milicianos libaneses xiitas – sobretudo após a retomada de Aleppo em 2016 – e buscou coordenar-se com eles para minimizar perdas de soldados russos. Consequentemente, há adensamento de contatos e intercâmbio de conhecimentos, o que facultou ao Hezbollah acesso à inteligência russa e valorizou ainda mais a sua atuação na Síria ao ser identificado, desta vez pela potência que mudou o destino da guerra – como um dos seus colaboradores de maior rendimento em combate (CORBEIL, 2017; POWER, 2015, pp. 16-20).

Geograficamente, a agressividade do Hezbollah na Síria nos últimos anos pode ser traduzida pela sua presença acrescida em locais ao longo de quase toda a porção ocidental síria, de Aleppo ao Golã sírio, passando pela zona contígua à fronteira com o Líbano e por Damasco.

A região do Golã é a que mais desperta inquietação de diversas potências estrangeiras. O Hezbollah, o exército sírio e a CGRI lutariam, ali, contra mosaico de forças anti-Damasco, também concorrentes entre si: o Exército Livre Sírio; a Jibhatan-Nusra (renomeada Jibhat Fatah ash-Sham e, depois, Haii'at Tahrir ash-Sham) e o exército de Khalid Bin Walid, associado ao EI.

Cumulativamente, porém, o “Partido de Deus” e os iranianos almejarão fixar no Golã sírio plataforma militar privilegiada contra o Golã ocupado e outras partes do norte de Israel, o que, de certa forma, duplicaria a frente edificada pelo “eixo da Resistência” contra o Estado israelense ao somar-se ao sul libanês, região onde o Hezbollah é hegemônico e cuja estabilidade é vista como precária há décadas, o que, aliás, justifica o funcionamento da Força de Paz Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Estabelecida em 1978 e reforçada em 2006 com mais batalhões e sua ramificação naval – a Força Tarefa Marítima (MTF) –, a UNIFIL faz trabalho de interposição entre o “Partido de Deus” e as Forças de Defesa de Israel (FDI) naquela região.

Israel, por motivos óbvios, não quer o enraizamento de elementos iranianos e de seu aliado libanês no sul da Síria, na especulação de que mísseis balísticos possam ser disparados daquela região, além de áreas do sul do Líbano (KHALIFA, 2017). Isto tem sido a principal motivação para o seu envolvimento no conflito, sobretudo a partir do final de 2015, quando as investidas aéreas israelenses começaram a repetir-se cada vez mais. Tampouco à Jordânia interessaria tanta instabilidade no sul da Síria. Amã teme que se desloque número ainda mais expressivo de sírios para território jordaniano, onde já habitam mais de um milhão de refugiados dessa nacionalidade, pressionando enormemente a combalida economia do país. EUA e Rússia parecem entender as aflições israelenses e jordanianas, bem como a necessidade de descomprimir a região sul.

Em adição ao seu poderio no oeste e no sudoeste da Síria, o Hizbullah em 2016 e 2017 realizou guinada para o noroeste, onde várias forças, locais e estrangeiras, tentavam sufocar o EI, que havia, desde 2014, escolhido aquela área para promover sua campanha de conquista da Síria. A destruição do DA'ESH em território sírio ocorria em conjunto com feroz campanha das tropas oficiais do Iraque e das milícias xiitas daquele país – com pesado apoio internacional, designadamente norte-americano – para destruir o polo de poder do EI do lado iraquiano: Mossul (ALAMI, 2017 B).

Para o “eixo da resistência”, recuperar o leste da Síria do EI, compreendia, além de derrotá-lo, frear a irradiação de outros atores na Síria, como as Forças Democráticas Sírias (FDS), federação de milícias árabes e, principalmente, curdas (tendo à frente o YPG, extensão síria do PKK, movimento pela libertação do Curdistão turco). As FDS têm angariado crescente apoio dos EUA e, secundariamente, de potências do Golfo como a Arábia Saudita. Para o Hizbullah e Teerã, sobretudo, estaria também em jogo na porção oriental síria, particularmente a província de Deir az-Zor, a oportunidade de assegurar rota de suprimento de armas e equipamentos para o Hizbullah oriunda do próprio Irã, passando pelo Iraque (ALAMI, 2017 B).

3 – OS RESULTADOS PARA O HIZBULLAH: DUAS INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS

A descrição anterior da campanha do Hizbullah na Síria, deflagrada publicamente desde 2013, faz crer que sua penetração em território sírio tem sido variante crucial para a meta do governo Assad de

contra arrestar as forças oposicionistas e as organizações terroristas que lhe antagonizavam.

Conforme visto, o “Partido de Deus”, o Irã e a Rússia intervieram decisivamente no conflito. Com eles, Damasco abandonou posição defensiva e quase conformista, perceptível em 2013, de salvar o que se denominava de “Síria útil”, isto é, círculos concêntricos em torno da capital e da região de Latáquia que, justapostos, não ultrapassavam 30% do país (embora cerca de 60% de sua população). Reanimado por seus aliados, Assad adotou, como já exposto, postura ofensiva, por meio da qual teria reavido cerca de 70% da Síria, sendo que o governo, oficialmente, alega que 90% do território regressara às suas mãos.

Independentemente do quanto da Síria fora devolvida a Assad, pode-se afirmar que, no estágio atual do conflito, seus inimigos internos vivem quase todos sob cerco das tropas governamentais e de seus aliados, ou, na melhor das hipóteses, recuadas. Acantonam-se em nichos como Idlib, onde se radica mescla de grupos jihadistas; ou no sul da Síria, onde rebeldes e filiações radicais sofrem perdas que só não são terminais porque há a retaguarda da Jordânia e o cuidado de potências estrangeiras para que esse teatro de operações não extravase, levando a embate direto entre Israel e membros do “eixo da resistência”. Ao norte, as únicas partes do país em que não se registram avanços significativos do exército sírio são aquelas ou controladas pelas FDS (as quais beneficiam do apoio dos EUA que despachou forças para essa área) ou onde se instalaram tropas turcas que enfrentam os curdos.

Se, por um lado, é suficientemente consensual a condição vantajosa do governo sírio, debate-se, por outro, se o Hizbullah efetivamente tem-se saído vencedor com sua intervenção no país vizinho, a despeito do inquestionável aperfeiçoamento de suas experiências de combate, do papel de liderança que lhe foi dado e da renovação de seu arsenal, hoje mais sofisticado do que nunca.

3.1 - O ENVOLVIMENTO COMO NEGATIVO: CUSTOS E RISCOS MAIORES QUE BENEFÍCIOS

Uma corrente de análise, de enfoque mais negativo quanto ao envolvimento do Hizbullah em território sírio, ao avaliar o aspecto militar da participação do “Partido de Deus” na guerra, logo de início relativiza os seus ganhos em perícia e armamentos. Embasa-se no pressuposto de

que, apesar dos novos “ativos” militares serem adequados para contrapor-se a adversários como rebeldes e entidades terroristas, o teste definitivo que comprovaria a utilidade da aprendizagem militar do grupo xiita em território sírio viria com a sua replicabilidade no teatro de operações de primeiro plano na estratégia geopolítica e militar do *Hizbullah* desde, pelo menos, a Guerra Civil libanesa: o sul do Líbano, onde se desenrola conflito, latente ou manifesto, com Israel.

Argumenta-se que, nesse terreno, as recém-adquiridas capacidades do grupo, mais típicas de uma força convencional, não fariam tanta diferença porque as condições se inverteriam: as tropas do “Partido de Deus” não teriam a cobertura aérea sírio-russa de que dispõem na Síria. Ao contrário, teriam de continuar a apostar em táticas assimétricas para contrabalançar o poder aéreo israelense. Manobras ofensivas, como as de al-Qusayir, Qalamoun e Aleppo, não seriam previstas no sul do Líbano, muito menos as de Deir az-Zor, região desértica. Tampouco se cogitaria seriamente emprego de blindados e tanques dos quais o grupo disporia na Síria (BLANFORD, 2017, p. 7; ICG, 2017, pp. 5-6; RANSTROP, 2016, pp. 41-43).

Ao minorar a relevância das conquistas do “Partido de Deus” em matéria de técnicas militares e poder de fogo, essa perspectiva desfavorável, ainda no campo militar, enfatiza o problema das perdas humanas infligidas ao grupo xiita libanês. Embora quantificar o número de combatentes do *Hizbullah* permaneça como um dos maiores desafios para os observadores do conflito sírio, as especulações vão de 5 mil a 10 mil homens, sendo que 1,7 mil ou 1,8 mil teriam perecido entre 2013 e 2017, quantidade elevada quando comparada aos 1,2 mil que faleceram ao longo dos 18 anos (1982-2000) de combate pela libertação do sul do Líbano de Israel. Supondo que, hoje, seu poderio militar seja de 20 mil milicianos, a permanência na Síria poderia a longo prazo extenuar a organização, enfraquecendo inclusive sua posição em áreas como o Vale do Beqaa e até o sul do Líbano. (BLANFORD, 2017, p. 7; ICG, 2017, pp. 5-6; RANSTROP, 2016, pp. 41-43).

Ainda, para compensar as baixas, a organização lançou mão de mecanismos de seleção menos rígidos. Além dos combatentes veteranos e de elite, engrossaram cada vez mais as fileiras jovens submetidos a um período de treinamento curto, sem que passem por vistoria rigorosa pelos seus superiores, o que abriria a margem para infiltração e sabotagem, duas ameaças que o “Partido de Deus” sempre conseguiu conter. Esse perfil de voluntário também contrasta com o tradicional: ele seria atraído para a

campanha síria por vantagens materiais, como soldos em geral superiores a salários que lhe pagariam trabalhando no Líbano (BLANFORD, p. 8, p.18; SHAMIR, p. 20).

O aumento de mortes nas fileiras do Hizbullah na Síria não só prejudicaria sensivelmente a sua estrutura militar, como, também, golpearia a reputação do partido junto ao seu esteio social e confessional do Líbano: a coletividade xiita. Estudos argumentam que esse segmento populacional começaria a ressentir-se da presença do grupo na Síria, que se arrasta a quase cinco anos, sinalizando “fadiga” de guerra. Ainda que haja manifestações públicas de firme apoio à campanha, emergiriam vozes de descontentamento, pondo em dúvida os méritos de intervir em conflito para defender regime o qual não desfrutaria de tanta popularidade no seio da comunidade xiita libanesa. (DAHER, 2016, pp. 187-191; ICG, 2017, pp. 6-10; RANSTROP, 2016, pp. 41-43).

Mais grave do que a emergente insatisfação do segmento xiita libanês, o “Partido de Deus” enfrentaria o descrédito do sunismo em seu país. A mencionada peça discursiva empregada pelo secretário-geral do grupo de que a luta na Síria é direcionada contra os takfiriun e, não, contra a maioria sunita síria, careceria de ressonância junto aos membros dessa comunidade do Líbano. Eles encarariam a intervenção do Hizbullah como mais um capítulo de guerra sectária encabeçada pelo Irã que engolfaria todo o Oriente Médio, alijando lideranças sunitas do poder (suscitam o caso do Iraque) e marginalizando as populações dessa confissão. Pior ainda, o sectarismo imputado à ação do grupo xiita libanês na Síria daria vazão a “professia autorrealizável”: o partido acabaria semeando o ódio intercomunitário e propiciando o nascimento de bolsões radicalizados de sunitas no Líbano. (RANSTROP, 2016, 41-43)

Com relação aos cristãos libaneses, eles estariam divididos. Haveria os que objetam a projeção do Hizbullah na Síria simplesmente porque são críticos ao “eixo da resistência” e porque acreditam que as atividades do grupo em território sírio fomentam a raiva sunita e o extremismo de seguidores dessa confissão no Líbano, que se voltaria contra a comunidade cristã também. Outros afinam-se parcialmente com o “Partido de Deus”, reconhecendo nele movimento de defesa de minorias religiosas, como os xiitas e os próprios cristãos.

A deterioração da imagem do Hizbullah resultante de suas operações militares na Síria também seria percebida entre os sunitas de outros países árabes e do restante do mundo muçulmano. Previamente, o

“Partido de Deus” captava bastante capital político com essas populações em razão da ideia de que difundia como a única força árabe e islâmica seriamente engajada no combate a Israel. Esse capital teria sido esterilizado com a guerra na Síria e o convencimento no seio da constelação do sunismo árabe-islâmico de que o grupo xiita libanês, menos do que neutralizar terroristas, cometeria atrocidades contra os sunitas sírios. (RANSTROP, 2016, 41-43)

Alienar-se dos sunitas no Líbano e no restante do mundo árabe comprometeria, por fim, anos de esforços do partido que, aproveitando a sua boa aceitação, voluntariava-se como entidade pan-islâmica, erigindo pontes, entre o Irã e o mundo árabe, bem como entre o xiismo e o sunismo, inclusive mediante o seu discurso da resistência e em vocal apoio à causa da Palestina. Organizações relacionadas à Irmandade Muçulmana como os Ikhwaan no Líbano e o HAMAS palestino mantinham estreito relacionamento político e militar com o Hizbullah até o advento do conflito sírio, o qual, porém, teria nutrido desavenças entre essas facções sunitas e o grupo xiita libanês (DAHER, 2016, pp. 191-196; HAMZEH, 2004, pp. 39-42, p. 60, pp. 66-67).

Se, em nível da “rua” árabe e islâmica, o “Partido de Deus” teria, por conta do conflito sírio, perdido muito de seu trânsito simbólico e político, na esfera propriamente das relações internacionais a sua condição seria ainda mais periclitante. Críticos do Hizbullah frisam que, com sua entrada na guerra, ele expôs-se a pressão inédita de seus rivais geopolíticos. Os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), capitaneados pela Arábia Saudita e pelos EAU, empreenderam, em 2016, gestões exitosas na Liga dos Estados Árabes (LEA) e na Organização da Cooperação Islâmica (OCI) para classificar o grupo como entidade terrorista. Os governos saudita, emirático e bareinita também ameaçam expulsar membros da diáspora libanesa em seus territórios se o governo do Líbano não contiver o Hizbullah, o que pode afetar a economia desse país, muito dependente das remessas de seus expatriados. Com o mesmo objetivo de pressionar Beirute, Riade, individualmente, congelou bilionários subsídios para as FAL e entes de segurança pública, afora querer sustar injeção de capitais no Banco Central Libanês (BCL), necessária para suavizar os desequilíbrios macroeconômicos do Líbano (DAHER, 2016, pp. 190-191; MAMARBACHI & KOSTRZ, 2016, pp. 1-6).

Os EUA, por sua vez, atacam o Hizbullah com a promulgação de sanções unilaterais contra o partido, na tentativa de asfixiá-lo

economicamente. Tanto o presidente Barack Obama quanto o seu sucessor, Donald Trump, acolheram, em 2016 e 2018, propostas de lei do Congresso norte-americano estipulando a repressão financeira ao “Partido de Deus” e entidades a ele afiliadas por se tratarem de forças terroristas e criminosas, como tráfico de drogas (ZUGHAIB, 2016, pp. 207-221).

Finalmente, Israel, há 5 anos, bombardeia o Hizbullah na Síria, tendo intensificado os ataques mais recentemente. Levantamento do Center for Strategic and International Studies Briefs, think-tank norte-americano, contabilizou que, das 101 incursões aéreas israelenses realizadas entre 2013 e junho de 2018, 47 tiveram como alvos bases da organização. Ou seja, quase a metade dos ataques foi desfechada contra a milícia libanesa xiita e a sua infraestrutura. As investidas aéreas israelenses também estariam eliminando vários combatentes com renomada experiência do “Partido de Deus”, o que poderia levar à acefalia na liderança do aparato militar da organização na Síria. Depreende-se disso que o governo israelense, atento para que o Hizbullah e os iranianos não se estabeleçam no Golã e não o convertam em um duplo do sul do Líbano, recorrem a medidas preventivas, sem que se tenha de abrir confronto direto, de grandes proporções (ICG, 2017, pp. 15-17; JONES & MARKUSEN, 2018, p. 6).

3.2 - O ENVOLVIMENTO COMO POSITIVO: CUSTOS E RISCOS MENORES QUE BENEFÍCIOS

A segunda vertente analítica desautoriza algumas das afirmações anteriores. Para esse enfoque, tal como a situação se apresenta hoje, o Hizbullah, em que pese os sacrifícios com que se deparou ao ingressar na Síria, colhe dividendos superiores aos custos.

No quesito puramente militar, não haveria dúvida de que, com a sua entrada na Síria, o “Partido de Deus” teria confirmado a sua posição como o mais poderoso ator não-estatal do Oriente Médio e, provavelmente, de todo o mundo árabe-muçulmano. O grupo atravessaria círculo virtuoso, assimilando várias técnicas militares novas e estocando armamentos muito mais modernos.

São corretas as ressalvas de que ensinamentos que o Hizbullah recebeu em solo sírio não necessariamente poderiam ser empregados no sul do Líbano contra Israel, e de que a sua transformação em entidade similar a exércitos regulares não lhe proporcionaria vantagens significativas em enfrentamentos com as FDI.

Há de se ter em mente, mesmo assim, que, na Síria, a organização xiita libanesa apoderou-se de vastas capacidades antiaéreas e antitanque, além de mísseis balísticos de mais longo alcance, o que incrementaria a sua deterrence vis-à-vis Israel. A transformação em estrutura militar mais convencional na Síria tampouco tolheria do grupo sua habilidade em combate assimétrico. O que se vê hoje é uma nova geração de milicianos polivalentes, apta a guerrear em vários cenários. Na perspectiva do vértice militar e de inteligência de Israel, hoje, o Hizbullah é muito mais ameaçador do que em 2006, quando conseguiu resistir aos bombardeios aéreos israelenses e deter o avanço terrestre das FDI (CIMINO, 2016, pp. 118-120; JONES & MARKUSEN, 2018, pp. 10-13).

Quanto às perdas humanas, tampouco se discute que elas foram expressivas, apesar do secretismo de seus números. O Hizbullah teria, contudo, reservistas. Buscaria, igualmente, novos repositórios para substituição de suas baixas ao reduzir a idade de recrutamento de 18 para 16 anos, o que lhe consentiria arregimentar mais facilmente quadros dessa faixa etária. Muitas vezes são jovens inscritos em organizações ligadas ao partido, a exemplo da associação de escoteiros Mahdi, instituição de traços paramilitares. Com voluntários de maior fidelidade, não se degradaria tanto a qualidade dos novos combatentes, embora de fato haja conscritos treinados por tempo menor e sem a doutrinação suficiente (CIMINO, 2016, pp. 117-120).

Outro fenômeno no campo militar que realça o crescimento do Hizbullah como organização armada é sua liderança junto a outros grupos não-estatais na Síria. O grupo desenvolveu ascendência junto a essas outras formações milicianas, que o tomam como modelo tanto pela sua dimensão organizacional quanto pelo conjunto de ideias e conceitos da “resistência” que tem esposado desde seu surgimento. Dessa maneira, o “Partido de Deus” vem forjando elos mais sólidos com essas outras milícias, de nacionalidades variadas: afegãs, iemenitas, iraquianas, iranianas, palestinas, paquistanesas e sírias. Consequentemente, o Hizbullah passaria a situar-se em lugar mais destacado na rede de solidariedade xiita transnacional que perpassa o Oriente Médio e outros países muçulmanos, a qual sempre teve em seu centro o Irã. Dentro da própria Síria, a influência do “Partido de Deus” se revela muito grande junto às FDN, às outras facções treinadas por ele e àquelas que se teriam estruturado graças ao treinamento do grupo xiita libanês. Na periferia de Aleppo, por exemplo, haveria 7 mil integrantes do “Hizbullah sírio”

(KHATIIB, 2017).

Dentro da hipótese otimista sobre a intervenção do “Partido de Deus” na Síria, as bases sociais xiitas no Líbano não estariam tão descontentes com a presença do grupo no país vizinho. Ainda em 2015, a ONG libanesa Hayya Bina, chefiada por Lokman Slim, ativista xiita anti-Hizbullah, publicara pesquisa de opinião em que 78,7% do eleitorado xiita apreciava as ações de seus milicianos em território sírio. Por trás desse elevado índice de aprovação estava o medo da onda terrorista do DA’ESH e de outros grupos filiados à al-Qaeda. Logo, os protestos na comunidade xiita contra a campanha na Síria não têm ecoado tanto dentro dessa confissão, e o “Partido de Deus” os marginaliza com sucesso (CIMINO, 2016, pp. 123-124; MAZZUCOTELLI, 2017, pp. 55-69).

Há, de fato, maior rejeição do sunismo libanês, mas o “efeito DA’ESH” e a narrativa do Hizbullah de que sua missão na Síria é aniquilar o extremismo sunita e bloquear a sua infiltração no Líbano teriam, até determinada medida, acomodado o mal-estar dos sunitas moderados. No diálogo político, a aguda animosidade entre o “Partido de Deus” e o Futuro, principal sigla sunita, não rompeu os vasos comunicantes para lidar com o jihadismo e a tensão interconfessional (WILKINS, 2015, pp. 161-162).

Agrega-se a isso o fato de que o Hizbullah ultimamente tem trabalhado mais com as Sarayyat al-Muqauuama – as Brigadas da Resistência. Fundadas em 1997, no contexto da luta pela expulsão de Israel do sul do Líbano, as Sarayyat, que contariam de 20 mil a 30 mil membros, espalhados em todo o país, constituiriam espécie de “milícia da milícia”, com o dever de prestar serviços de logística e inteligência aos contingentes militares do “Partido de Deus”. A especificidade dessa organização é a sua composição multiconfessional. Ao não se restringir à comunidade xiita, reunindo voluntários de outros grupos religiosos do Líbano, incluindo sunitas, as Brigadas demonstrariam o apego do Hizbullah ao nacionalismo transectário, diminuindo as suspeitas de sua vocação confessionalista xiita (RABII, 2017 A; CIMINO, 2016, pp. 125-126)

Prova cabal da popularidade do “Partido de Deus” entre os xiitas e de sua resiliente aceitação entre os sunitas e cristãos no Líbano transpareceu com a escolha do novo presidente do país, Michel Aoun, em outubro de 2016, e, mais ainda, com o resultado das eleições parlamentares libanesas em maio de 2018. Após mais de dois anos de acefalia na presidência em razão de impasse na Assembleia do Líbano sobre qual líder

cristão maronita deveria ser escolhido como novo chefe de Estado, Aoun, que se ancorava desde 2006 em parceria estratégica com o Hizbullah, acabou vencendo, com o endosso dos sunitas do Futuro, que, em troca, exigiram a recondução de Saad Hariri ao cargo de premiê.

O pleito legislativo, por sua vez, indicou que, politicamente, o Hizbullah teria não só sobrevivido ao teste da guerra na Síria, mas robustecido a sua participação e a de seus aliados no parlamento libanês. O grupo obteve mais um deputado, formando bancada de 13 legisladores. O bloco xiita na Assembleia, conformado também com o AMAL, passou a 29 integrantes. A coalizão pró-Síria e pró-Irã do 8 de Março, liderada pelo Hizbullah, ficou com 72 dos 128 assentos, ocupados por muitos cristãos do Movimento Patriótico Livre (MPL) – legenda do presidente Aoun – e sunitas independentes. Se habilidoso, o 8 de Março, que já dispõe da maioria simples, poderá bloquear leis, que exigem maioria qualificada de 2/3 da Assembleia (GHITIS, 2018 A).

No mundo árabe-islâmico, a piora da imagem do Hizbullah junto aos sunitas não seria irreversível. Brotam sinais de que movimentos islamistas e de esquerda em países de maioria quase exclusivamente sunita ainda prezariam as relações com a organização xiita libanesa. Caso sugestivo é o do HAMAS. Embora não tenha cortado sua interlocução com o “Partido de Deus”, essa organização palestina esfriou bastante seus contatos com ele no ensejo da sua ruptura em 2012 com o governo Assad (que o apoiava e abrigava a sua liderança em Damasco) e da batalha de al-Qusayir em 2013, quando, como dito acima, a milícia xiita libanesa enfrentara combatentes da ramificação armada do HAMAS, as Izzi din al-Qassam. Desde 2014, porém, as lideranças desse partido palestino procurariam realinhar-se com o Hizbullah e aprofundar a cooperação militar com ele e contra Israel (AS-SAFIR, 2014 A; DOT-POUILLARD, 2015, pp. 1-7). Similarmente, na Tunísia, o “Partido de Deus” granjeia a simpatia da União Geral Tunisiana do Trabalho (UGTT), maior confederação sindical e um dos quatro pilares do governo de coalizão que congrega o Ennahda, capítulo da IM na Tunísia (DOT-POUILLARD, 2017, p. 93).

No que diz respeito às manobras diplomáticas, financeiras e militares dos países do CCG, dos EUA e de Israel para neutralizar o Hizbullah, o acompanhamento da execução dessas políticas possibilita até agora diagnosticar resultados ambíguos. A começar, o próprio Conselho, núcleo geopolítico mediante o qual a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein deslançam campanha contra o “Partido de Deus”, não

compartilharia unanimemente da determinação de Riade e Abu Dhabi. Excetuando o Bahrein, os governos de Kuwait, Omã e Catar (este último praticamente suspenso do organismo), mesmo endossando as posições sauditas e emiráticas, comportam-se com precaução. São menos vocais, provavelmente no intuito de evitar atritos com o Irã. A Liga Árabe, em que os sauditas e os emiráticos patrocinaram declaração classificando o grupo xiita libanês como terrorista, tornou-se, depois da “Primavera Árabe” e da guerra síria, foro ainda menos expressivo. A própria declaração sofreu reservas da Argélia e do Iraque, e a delegação libanesa absteve-se. Supõe-se que governos como o Egito do general Abdel Fatah as-Sisi, menos hostis Assad e envolvidos na luta contra o EI e a al-Qaeda, na prática não se irritariam tanto com a presença do Hizbullah na Síria, na medida em que este combate essas entidades terroristas (AS-SAFIR, 2014 B; DOT-POUILLARD 2017, pp. 93-94).

Com relação aos EUA, as sanções impostas ao “Partido de Deus” e às instituições sociais e bancárias que cooperam com ele não teriam surtido o efeito desejado por Washington. Aparentemente, o Hizbullah teria como driblá-las, utilizando métodos rudimentares de pagamento de sua mão-de-obra, fora dos circuitos financeiros e à prova de sistema de monitoramento internacional. As sanções norte-americanas poderiam, no lugar, abater a saúde econômica libanesa se elas se concentrarem em punir os bancos que negociam com pessoas físicas e jurídicas relacionadas com o partido. Isto implicaria resultado contrário àquele almejado pelos norte-americanos: ao invés de esgotar as fontes de dinheiro do “Partido de Deus”, as sanções lesariam o setor financeiro do Líbano, pulmão de sua economia e dificultariam a situação até mesmo dos aliados dos norte-americanos. O premiê Hariri, por exemplo, teria negociado com os EUA abrandamento das sanções (ARBID, 2017; RABII’, 2017 B e C).

Por fim, a expansão militar do Hizbullah na Síria realmente tem gerado assaltos aéreos de Israel com maior frequência, com perdas humanas e de capacidade militar do partido em território sírio. Isto, porém, não tem paralisado o avanço do grupo libanês xiita na fronteira sul.

Restariam, portanto, as incógnitas de até onde essa confrontação pode chegar; o quão eficaz seriam as manobras preventivas de Israel; e se elas podem virar ofensiva mais ampla, arriscando transbordar para o sul do Líbano e desencadear mais uma guerra árabe-israelense. Nos últimos meses, reportagens jornalísticas e consultorias de previsão de risco apontam para a maior probabilidade de que as escaramuças entre, de

um lado, o “Partido de Deus” e forças iranianas, no Golã sírio, e, de outro, as FDI, no Golã ocupado, convertam-se em guerra frontal, de vez que ataques cirúrgicos, para a cúpula militar israelense, não exterminariam a ameaça do “arco da resistência”. Investida militar mais ampla engoliria o Líbano, com desdobramentos seguramente funestos, mas dificilmente mensuráveis. Peritos afirmam que ação em larga escala de Israel sobre todo o território libanês poderá ser contraproducente: não necessariamente aniquilaria a milícia xiita, mas causaria enorme destruição (BLANFORD, p. 23; JUMA’AT, 2017, p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2017, Irã, Rússia e Turquia, atores-chave na cena síria, têm promovido as rodadas da Conferência de Astana. Essa concertação favorece a discussão entre segmentos da oposição e o governo Assad para propósitos de médio ou longo prazos, como o próprio fim do conflito e a redação de nova constituição para uma Síria pacificada⁸.

Em prazo mais curto, a Conferência busca implementar esquema gradual de distensão de alguns dos principais focos de violência, por meio da criação das chamadas zonas de desescalada: Idlib, Ghouta oriental, Deraa e Quneitra. Elas se perfilam no noroeste e no sudoeste da Síria, onde há maior presença do Hizbullah, que, aliás, teria participado ou participa de batalhas em localidades dentro dessas zonas ou em suas proximidades.

Observadores supuseram que, com a eventual despressurização dessas áreas ocidentais da Síria, o “Partido de Deus” poderia começar a refluir, o que não aconteceu. Junto com os iranianos, a persistência do Hizbullah, sobretudo em Quneitra, mantém o impasse com Israel. Não se descarta ainda resposta do governo israelense com maior contundência, ficando igualmente em aberto a questão se as ofensivas abrangeriam o Líbano.

Poder-se-ia dizer, assim, que esses dois membros xiitas do “arco da resistência” prosseguem em suas vitórias militares na Síria contra

⁸ A Conferência de Astana é esforço diplomático paralelo às Conferências de Genebra I, II e III sobre a Síria, iniciadas em, respectivamente, 2012, 2014 e 2016, todas sob os auspícios das Nações Unidas e com a participação de grandes atores internacionais, ocidentais e não-ocidentais. Para os patrocinadores de Astana, esta iniciativa não compete com as de Genebra, sendo o foco outro. O governo sírio, porém, é bem mais receptivo ao processo de Astana.

os opositores ao governo Assad para consolidar cinturão de influência geopolítica no Levante que reordenaria significativamente o equilíbrio de poder com Israel e, secundariamente, com as potências árabes sunitas, cuja projeção em países como o Líbano tem decaído. Assad encontra-se em posição de dependência perante o duo xiita. Se a expansão Hizbullah-Irã diverge da prioridade de Damasco de reconquistar a integralidade do território do país sem desencadear conflito com Israel, faltariam indubitavelmente ao presidente sírio recursos políticos para fazê-los retroceder.

Por sua vez, a Rússia, o mais poderoso aliado de Assad, ao planejar restaurar importância geopolítica no Oriente Médio semelhante à que tinha a União Soviética na Guerra Fria, tenta assumir função de garante da paz. Flexível, Moscou abstém-se de alianças excludentes, como a do “eixo da resistência”, de modo que seus canais diplomáticos com todas as potências regionais, inclusive Israel, não se fechem. Vislumbra-se, nesse ponto, contradição estratégica com o Irã: os russos não poriam a perder a estabilização da Síria – em particular o seu sul – em troca de avanços estratégicos de Teerã e do “Partido de Deus” em severo detrimento de Israel. Coerente com tais princípios, o Kremlin tem procurado convencer os iranianos e o grupo xiita libanês a ceder, pelo menos parcialmente, fixando zona tampão no Golã. O Hizbullah, as CGRI e outras milícias deveriam retirar-se, deixando que esse espaço seja preenchido por tropas exclusivamente sírias. Em paralelo a esse desenvolvimento, a imprensa tem reportado que esquadrões russos estacionam em áreas do oeste da Síria, compelindo o Hizbullah a sair. Ao mesmo tempo, todavia, Assad teria anunciado que não seria o momento de o “Partido de Deus” e as forças iranianas partirem. Outro fator complicador é a possibilidade de que o governo norte-americano decida, surpreendentemente, reconhecer o Golã ocupado como território israelense, o que contrariaria enormemente a Síria, fazendo que Assad legitimasse a persistência das operações iranianas e do Hizbullah no sul (GHITIS, 2018 B; RABII, 2018 A e B; STRATFOR, 2018).

HIZBULLAH AND THE SYRIAN WAR: HISTORY AND POSSIBLE INTERPRETATIONS

ABSTRACT

How did Hizbullah become involved in the Syrian War and to what extent is this participation negative or positive for the group? The goal of this article - based on specialized academic literature and local sources - is to present this scenario of acting of the most important non-state actor in the Middle East and these two possible analyzes.

Keywords: Middle East; Hizbullah; Lebanon; Syria; Non-State actors;

REFERÊNCIAS

ALAMI, Mona A “Hezbollah’s Military Involvement in Syria and its Wider Regional Role”. In: *Dirasat*, nr. 21, 2017, pp. 1-36.

BELHADJ, Souhail *La Syrie de Bachar al-Asad – Anatomie d’un Régime Autoritaire*. Paris, Belin, 2013.

BLANFORD, Nicholas *Hezbollah’s Evolution – From Lebanese Militia to Regional Player*. Middle East Institute, Policy Paper 4, 2017, pp. 1-25.

BUZAN, Barry e WAEVER, Ole. *Regions and Powers – The Structure of International Security*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003, cap. 7, pp. 175-218.

CIMINO, Matthieu “Le Hezbollah et la Guerre en Syrie” In: *Politique Etrangère*, nr. 2, 2016, pp. 115-127.

DAHER, Joseph *The Political Economy of the Party of God*. Londres, Pluto Press, 2016.

DOT-POUILLARD, Nicolas “Between Radicalization and Mediation Processes: a Political Map of Palestinian Refugee Camps in Lebanon” In: *Civil Society Knowledge Center*, 2015 (<http://cskc.daleel-madani.org>).

----- “Les Armes du Hezbollah: Terrorisme, Droit à La Résistance et Principe de Légalité”. In: *Confluences Méditerranée*, 2017/3, nr. 102, pp 89-102.

DOT-POUILLARD, Nicolas & ALHAJ, WISSAM. “Pourquoi le Hamas et le Hezbollah Restent Quand Même Alliés?” In: <http://orientxxi.info/magazine>, 2015, pp. 1-7.

EL ZEIN, Derek, NOTTEAU, Maxime & DRAVET Camille *Géopolitique du Liban*. Paris, SPM, s.d.

GLEIS, Joshua & BERTI, Benedetta *Hezbollah and Hamas – a Compara-*

tive Study. Baltimore, John Hopkins University Press, 2012.

HALLIDAY, Fred *The Middle East in International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005, cap. 8, pp. 229-260

HAMZEH, Ahmad Nizar *In the Path of Hizbullah*. Nova Iorque, Syracuse University Press, 2004.

HINNEBUSCH, Raymond. "The Middle East Regional System". In: HINNEBUSCH, Raymond e EHTESHAMI, Anoushiravan. *The Foreign Policies of Middle East States*. Londres, Lynne Rienner, 2002, cap. 2, pp. 29-53.

HUSSEINI, Rola El "Hezbollah and the Axis of Refusal: Hamas, Iran and Syria" In: *Third World Quarterly*, Vol. 31, nr. 5, 2010, pp. 803-815.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP *Lebanon's Hizbollah Turns Eastward to Syria*. In: Report nr. 153, Beirute/Bruxelas, 2014, pp 1-34.

----- *Lebanon's Self-Defeating Survival Strategies*. In: In: Report nr. 160, Beirute/Bruxelas, 2015, pp 1-19.

----- *Hizbollah's Syria Conundrum*. In: Report, nr. 175, Beirute/Bruxelas, 2017, pp 1-23.

JONES, Seth G. & MARKUSEN, Maxwell "The Escalating Conflict with Hezbollah in Syria". Center for Strategic and International Studies Briefs, junho 2018, pp. 1-14.

JOSELIN, Daphné e WALLACE, William. "Non-State Actors in World Politics: a Framework". In: JOSELIN, Daphné e WALLACE, William *Non-State Actors in World Politics*. Londres, Palgrave MacMillan, 2001, cap. 1, pp. 1-20.

JUMA'AT, Muhammad "Al-harb al-`israa`iiliat al-qaadimat `alaa lubnaan" In: Al-Ahram Center for Political and Strategic Studies, 2017, pp. 1-14.

KAUSCH, Kristina "Proxy Agents: State and Non-State Alliances in the Middle East". In: KAMEL, Lorenzo *The Frailty of Authority Borders, Non-State Actors and Power Vacuums in a Changing Middle East*. Roma, Nuova Cultura, 2017, pp. 67-83.

KINNINMONT, Jane "Bahrein" In: DAVIDSON, Christopher (ed.) *Power and Politics in the Persian Gulf Monarchies*. Londres, Hurst & Company, 2011, pp. 31-62.

LEROY, Didier "Les Forces Armées Libanaises. Symbole d'Unité Nationale et Objet de Tensions Communautaires" In: DAGUZAN, Jean-François e VALTER, Stéphane (dir.) *Les Forces Arabes et Moyen-Orientales Après les Printemps Arabes*. Paris, Éditions ESKA, 2014, pp. 187-205.

LISTER, Charles "Assessing Syria's Jihad". In: DODGE, Toby & HOKAYEM, Emile *Middle Eastern Security, the US Pivot and the Rise of ISIS*. Abingdon, Routledge/International Institute for Strategic Studies, 2014, cap. 3, pp. 71-98.

LISTER, Charles & NELSON, Dominic *All the President's Militias: Assad's Milification of Syria*. In: Middle East Institute, www.mei.edu, 2017, pp.1-6.

LUIZARD, Pierre-Jean *La Piège Daech*. Paris, La Découverte, 2015. MARBACHI, Henri & KOSTRZ, Marie "L'économie libanaise, dernière victime du duel Téhéran-Riyad" In: *Orient XXI*, 22.03.2016, PP. 1-6, <http://orientxxi.info/magazine>.

MAZZUCOTELLI, Francesco "Rebordering the Lebanese Shi'i Public Sphere" In: In: MEIER, Daniel & DI PIERI, Rosita (eds) *Lebanon Facing the Arab Uprisings – Constraints and Adaptation*. Londres, Palgrave, 2017, pp. 55-69.

MEIER, Daniel & DI PIERI, Rosita "The Sunny Community in Lebanon: From 'Harirism' to 'Sheikhism'?" In: MEIER, Daniel & DI PIERI, Rosita (eds) *Lebanon Facing the Arab Uprisings – Constraints and Adaptation*. Londres, Palgrave, 2017, pp. 35-53.

MIKAELIAN, Shoghig & SALLOUKH, Bassel "Strong Actor in a Weak

State – The Geopolitics of Hezbollah”. In: KAMRAVA, Mehran (ed.) *Weak States in the Greater Middle East*. Nova York, Oxford, 2016, cap. 6, pp. 119-143.

OSOEGAWA, Taku *Syria and Lebanon – International Relations and Diplomacy in the Middle East*. Londres, I. B. Tauris, 2013.

POWER, Brad *Hezbollah in Syria*. 2015

QASSEM, Naim *Hezbollah – a Story from Within*. Londres, SAQI, 2a edição, 2010.

RANSTROP, Magnus “The Role of Hezbollah in Syria”. In: FELSCH, Maximilian & WÄLISCH, Martin *Lebanon and the Arab Uprisings*. Londres e Nova York, Routledge, 2016, cap. 2, pp. 32-49.

SHELLER, Bente *The Wisdom of Syria’s Waiting Game – Foreign Policy under the Assads*. Londres, HURST & CO, 2013.

SEURAT, Leila *Le Hamas et Le Monde*. Paris, edições CNRS, 2015.

SHAPIR, Yiftah “Hezbollah as an Army”. In: *Strategic Assessment*, Vol. 19, nr. 4, 2017, pp. 67-77.

SULLIVAN, Marisa “Hezbollah in Syria”. In: *Middle East Security Report*, nr. 19, Washington, Institute for the Study of War, 2014, pp. 1-41.

TROMBETTA, Lorenzo *Siria – Dagli Ottomani agli Asad. E oltre*. Milão, Mondadori, 2014.

WILKINS, Henrietta *The Making of Lebanese Foreign Policy – Understanding the 2006 Hezbollah-Israeli War*. Londres, Routledge, 2013.

----- “Lebanese Foreign Policies and the Arab Uprisings” In: FELSCH, Maximilian e WAHLISCH, Martin (eds.) *Lebanon and the Arab Uprisings*. Abingdon, Routledge, 2016, cap.9, pp. 155-166.

ZUGHAIIB, Yassir “al-harb al-naa’imat – `istraatijjia amiiriika almuhaaribat hizbullah: al’aquubaat al-`iqtisaadiiat naumuudjan”. In: *Dirasaat Baahith*, 2016, 53-54, pp. 207-221.

ARTIGOS DE IMPRENSA

ALAMI, Mona “Hezbollah’s unruly Bekaa Brethren”. In: Daily Star, 23.09.2014

ALAMI, Mona B “All Eyes Are on Hezbollah in Syria’s Deir ez-Zor”. In: Al-Monitor, 15.10.2017, www.al-monitor.com/pulse/originals/2017/10/Syria-war-hezbollah-lebanon-deir-es-zor-regime-is-battles-html.

AL-KHATIIB, Khaliid “Hizbullah fii halab: `idaarat al-`amaliiiat uua altadriib”. In: Al-Modon, 11.04.2017, <http://www.almodon.com>.

RABII’, Muniir “Hizbullah iuhal saraaiiaa almuqaauumat?”. In: Al-Modon, 30.11.2017, <http://www.almodon.com>.

----- “Hal iadhhab al-hariri `ilaa uuaashingtun li al-difaa’ `an hizbullah?”. In: Al-Modon, 19.04.2017, <http://www.almodon.com>.

----- “Aquubaat `aamiirikiiat-khalijiiat `alaa hizbullah: maadhaa `an al-hariirii”. In: Al-Modon, 17.05.2017, <https://www.almodon.com>.

AL-TAMIMI, Aymeen “The Fifth Legion: a New Auxiliary Force” In: Syrian Comment, 24.12.2016, www.joshualandis.com .

ARBID, Jeremy “A Balancing Act – Uncertainty over the Sanctions is Enough to Destabilize the Sector” In: Executive Magazine, 16.07.2017, <http://www.executive-magazine.com/special-report/a-balancing-act-2> .

AS-SAFIR (A). “hizbullah-hamaas..uua khatuuat `isti@aada ath-thiqa”, 05.07.2014.

----- (B) “Masr uua hizbullah iiunahiiaan sanauuaat al-jafaaa” 19.12.2014.

CORBEIL, Alexander “Russia is Learning About Hezbollah”. In: Sada, 11.01.2017, <http://carnegieendowment.org/sada/67651>.

GHITIS, FRIDA (A) “Lebanon’s Elections Show Hezbollah Survived Its Intervention in Syria” In: World Politics Review, 10.05.2018.

----- (B) “Is Iran and Russia’s Ad Hoc Alliance in Syria Unravelling?”

In: World Politics Review, 31.05.2018.

KHALIFA, Saami “Mufaa’aaat hizbullah did ‘israa’iil: sauuaaariih min al-juulaan uua al-qalamuun”. In: In: Al-Modon, 11.06.2017, <http://www.almodon.com>.

RABII’, Muniir “Hizbullah iuhal saraaiiaa almuqaaumat?”. In: Al-Modon, 30.11.2017, <http://www.almodon.com>.

----- “Hal iadhhab al-hariri `ilaa uuaashingtun li al-difaa’ ‘an hizbullah?”. In: Al-Modon, 19.04.2017, <http://www.almodon.com>.

----- “Aquubaaat `aamiirikiiat-khaliiijiiat ‘alaa hizbullah: maadhaa ‘an al-hariirii”. In: Al-Modon, 17.05.2017, <https://www.almodon.com>.

----- “Nasrallah iuharij al-‘aasad”. In: Al-Modon, 10.06.2018, <https://www.almodon.com>.

----- “maarakat al-‘aasad tauuiilat: kaiifa saiiutalab min hizbullah al-khuruuj?”. In: Al-Modon, 15.06.2018, <https://www.almodon.com>.

STRATFOR “What is at Stake as the US Considers Recognizing Israel’s Claim to the Golan Heights”. In: Stratfor Worldview, 26.06.2019, <https://www.stratfor.com/article/whats-stake-us-considers-recognizing-israels-claim-golan-heights>